Prática Escolar: do Erro Como Fonte de Castigo ao Erro Como Fonte de Virtude

A visão culposa do erro, na prática escolar, tem conduzido ao uso permanente do castigo como forma de correção e de direção da aprendizagem, tomando a avaliação como suporte da decisão. Todavia, uma visão sadia do erro possibilita sua utilização de forma construtiva.

O Castigo Escolar a Partir do Erro

As condutas dos alunos consideradas como erros têm dado margem, na prática escolar, tanto no passado como no presente, às mais variadas formas de castigo por parte do professor, indo desde as mais visíveis até as mais sutis. À medida que se avançou no tempo, os castigos escolares foram perdendo o seu caráter de agressão física, tornando-se mais tênues, mas não desprovidos de violência.

No passado, em nossa prática escolar, castigava-se fisicamente. No Sul do País, era comum um professor utilizar-se da régua escolar para bater num aluno que não respondesse com adequação às suas perguntas sobre uma lição qualquer. No Nordeste brasileiro, esta mesma prática era efetivada por meio da palmatória, instrumento de castigo com o qual o professor batia na palma da mão dos alunos. A quantidade de "palmadas" dependia do juízo deste professor sobre a possível "gravidade" do erro. O castigo físico, noutras vezes, dava-se pela prática de colocar o aluno "de joelhos" sobre grãos de milho ou de feijão, ou ainda de mandá-lo para a frente da classe, voltado para a parede e com os braços abertos. Pequenos martírios!

^{*} Professor de Filosofia da Educação, com mestrado em Educação pela Universidade da Bahia.

Uma forma intermediária de castigo, entre o físico e o moral, era deixar o aluno "em pé", durante a aula, enquanto os colegas permaneciam sentados. Neste caso, era castigado fisicamente, pela posição, e moralmente, pelo fato de tornar-se visível a todos os colegas a sua fragilidade. Era a exposição pública do erro.

Estas formas de castigar hoje são raras; porém, o castigo não desapareceu da escola. Ele se manifesta de outras formas, que não atingem imediatamente o corpo físico do aluno mas sua personalidade, sendo, no sentido que BOURDIEU fala, em seu livro A reprodução, uma "violência simbólica".

Uma forma de castigar um pouco mais sutil que as anteriores, que existiu no passado e ainda existe, é a prática pela qual o professor cria um clima de medo, tensão e ansiedade entre os alunos: faz uma pergunta a um deles, passando-a para o segundo, o terceiro, o quarto, e assim por diante, gerando tensão no aluno que pode vir a ser o subseqüente na chamada. Deste modo, a classe toda fica tensa, já que cada um espera ser o próximo.

Esta forma de conduzir a docência manifesta-se com um viés mais grave ainda, porque o professor normalmente não está interessado em descobrir quem sabe o que foi ensinado, mas sim quem não aprendeu, para poder expor publicamente aos colegas a sua fragilidade. O professor, usualmente, prossegue a chamada até encontrar o fraco, aquele que não sabe. Este, coitado!, treme de medo e de vergonha. O "forte" na lição é elogiado e o "fraco", ridicularizado.

No caso, a vergonha e o medo de não saber, segundo o senso comum do magistério, devem servir, de um lado, de lição para o aluno que não aprendeu e, de outro, de exemplo para os colegas, na medida em que ficam sabendo o que lhes pode acontecer no caso de não saberem a lição quando forem chamados. O vitupério do professor e dos colegas é uma forma de castigar e deixar o aluno tenso, bem como publicamente desvalorizado.

Existiam e existem, também, castigos como: ficar retido na sala de aula durante o recreio ou intervalo entre uma aula e outra; suspender o lanche; realizar tarefas extras em sala de aula ou em casa.

Uma modalidade diversa de castigo é a ameaça do castigo. O aluno sofre por antecipação, pois fica na expectativa do castigo que poderá vir e numa permanente atitude de defesa. São as ameaças de futuras repressões, caso os alunos não caminhem bem nas condutas que devem ser aprendidas, sejam elas cognitivas ou não. Eram e são freqüentes expressões como:

- Vocês vão ver o que é que vou fazer com vocês no dia da prova . . .
- Se forem bem neste trabalho, acrescento um ponto na nota para todos os alunos; se forem mal...
- Se continuarem fracos como estão, terei que levar isso ao conhecimento da direção da escola...
- Vou me comunicar com os pais de vocês, pois que não estão aprendendo nada...

Sabemos que outras formas mais sutis de castigar têm sido utilizadas ainda hoje, tais como: a gozação com um aluno que não foi bem; a ridicularização de um erro; a ameaça de reprovação; o teste "relâmpago", como tem sido denominado o que é realizado para "pegar os alunos de surpresa". Um teste relâmpago, como bem diz o nome, deve ser algo que assusta e, se possível, mata.

O castigo que emerge do erro - verdadeiro ou suposto - marca o aluno tanto pelo seu conteúdo quanto pela sua forma.

As atitudes ameaçadoras empregadas repetidas vezes garantem o medo, a ansiedade, a vergonha de modo intermitente. A postura corporal de defesa, que o aluno adquire, manifestada pela dificuldade de respirar enquanto fica na expectativa de ser o próximo da chamada, é uma expressão clara dessa tensão. A respiração presa parece um antídoto possível contra a catástrofe que está para desabar sobre ele. Pela forma mantêm-se permanentemente o medo, a tensão e a atenção. Atenção limitada, mas atenção. E a que preço!

A partir do erro na prática escolar, desenvolve-se e reforça-se no educando uma compreensão culposa da vida, pois, além de heterocastigado, muitas vezes ele sofre ainda a autopunição. Ao ser reiteradamente lembrado da culpa, o educando não apenas sofre os castigos impostos de fora, mas também aprende mecanismos de autopunição, por supostos erros que atribui a si mesmo. Nem sempre a escola é a responsável por todo o processo culposo que cada um de nós carrega, mas ela reforça (e muito) esse processo. Quando um jovem não vai bem numa aprendizagem e diz: "Poxa, isso só acontece comigo!", que é que está expressando senão um juízo culposo e autopunitivo?

Haverá muito trabalho psicológico futuro para que as crianças e os jovens de hoje se libertem de suas fobias e ansiedades, que se foram transformando em hábitos biopsicológicos inconscientes. Hábitos criados pelo medo que, com certeza, não serve para nada mais do que garantir uma submissão internalizada. O medo tolhe a vida e a liberdade, criando a dependência e a incapacidade para ir sempre em frente.

O clima de culpa, castigo e medo, que tem sido um dos elementos da configuração da prática docente, é um dos fatores que impedem a escola e a sala de aula de serem um ambiente de alegria, satisfação e vida feliz. Assim, as crianças e os jovens rapidamente se enfastiam de tudo o que lá acontece e, mais que isso, temem o que acontece no âmbito da sala de aula.

As Razões do Uso do Castigo

A razão imediata e aparente do castigo decorre do fato de o aluno manifestar não ter apreendido um conjunto determinado de conhecimentos, uma seqüência metodológica ou coisa assemelhada. Porém, a questão do castigo é mais profunda.

A idéia e a prática do castigo decorrem da concepção de que as condutas de um sujeito - aqui, no caso, o aluno -, que não correspondem a um determinado padrão preestabelecido, merecem ser castigadas, a fim de que ele "pague" o seu erro e "aprenda" a assumir a conduta que seria correta.

Isso conduz à percepção de que o entendimento e a prática do castigo decorrem de uma visão culposa dos atos humanos. Ou seja, a culpa está na raiz do castigo. No caso da escola, este senso caminha pela seguinte seqüência: um aluno manifesta uma conduta não-aprendida e, por isso, segundo o senso comum, é culpado; como tal deve ser castigado de alguma forma, a fim de que adquira e direcione seus atos na perspectiva da conduta considerada adequada.

Nesta perspectiva, o erro é sempre fonte de condenação e castigo, porque decorre de uma culpa e esta, segundo os padrões correntes de entendimento, deve ser reparada. Esta é uma compreensão e uma forma de agir que configuram nosso modo cotidiano de ser.

A idéia de culpa está articulada, dentre outras coisas, com a concepção filosófico-religiosa de que nascemos no pecado. Essa idéia nos acompanha desde o nascimento, em função de nossa cultura -"ocidental-cristã" - ser marcada pela perspectiva da queda. O texto bíblico do Gênesis diz que Adão e Eva pecaram ao comer o fruto proibido e, por isso, foram castigados com a expulsão do Paraíso. Daí em diante, todos os seres humanos - homens e mulheres -que viessem a nascer teriam essa marca originária do pecado e, conseqüentemente, da culpa.

Essa concepção atravessou épocas, sendo mantida e difundida pelo judaísmo e exacerbada pelas Igrejas cristãs, especialmente a católica, de tal forma que todos carregamos fortemente um sentimento de culpa que nos limita, e que, também, nos conduz à projeção e prática de atos que limitam os outros. Tanto nos limitamos com nosso sentimento de culpa, castigando-nos por múltiplos e variados mecanismos de autopunição, como o projetamos sobre os outros, castigando-os por seus supostos erros.

A partir da culpa, assumimos uma conduta sadomasoquista: masoquista, porque punimos a nós mesmos, e sádica, porque castigamos os outros a partir da projeção de nossos sentimentos de culpa. Muitas vezes não suportamos em nós e nos outros os sentimentos de alegria e prazer; por isso, castigamo-nos assim como aos outros. E o castigo, por vezes, pode chegar a ser para alguns, estranhamente, um ato prazeroso.

A concepção de vida culpada, que atravessou épocas, não ocorreu por acaso. Este processo se deu (e se dá) numa trama de relações sociais com a qual nos constituímos historicamente. O viés da culpa não é gratuito.

A culpa gera uma limitação da vida e produz uma rigidez na conduta, o que, em última instância, gera um autocontrole sobre os sentimentos, os desejos e os modos de agir de cada um. Emerge, desta forma, um controle social internalizado, e cada um fica como se estivesse engessado, impossibilitado de expandir seus sentimentos e necessidades vitais. Interessa à sociedade em que vivemos esse engessamento dos indivíduos.

A culpa impede a vida livre, a ousadia e o prazer, fatores que, multiplicados ao nível social, significam a impossibilidade de controle do processo de vida em sociedade, segundo parâmetros conservadores. A sociedade conservadora não suporta existir sem os mecanismos de controle internalizados pelos indivíduos - a culpa é, assim, muito útil.

Nesta perspectiva, a observação e a compreensão do uso do erro na prática escolar revelam que a questão é bem mais ampla que somente o fato de proceder a um pequeno castigo de um aluno individualmente. A trama das relações sociais, que constitui o tecido da sociedade predominantemente conservadora na qual vivemos, tem uma força determinante sobre as nossas condutas individuais. Tal força é mediada por múltiplos mecanismos, dentre os quais a culpa e o medo através do castigo.

Contudo, o erro poderia ser visto como fonte de virtude, ou seja, de crescimento. O que implicaria estar aberto a observar o acontecimento como acontecimento, não como erro; observar o fato sem preconceito, para dele retirar os benefícios possíveis. Uma conduta, em princípio, é somente uma conduta, um fato; ela só pode ser qualificada como erro, a partir de determinados padrões de julgamento.

Toda vez que se observa um fato, a partir de um preconceito, não se observa o fato, mas uma imagem amalgamada pelo fato, cimentada pelo preconceito. Isto é, o fato é julgado antes de ser observado. O fato mesmo só emergirá a partir do momento que o preconceito for sendo dissolvido e a observação, "desengessada".

É preciso, antes de mais nada, observar, para depois julgar. Nossa prática, entretanto, tem sido inversa: primeiro colocamos a barreira do julgamento, e só depois tentamos observar os fatos. Neste caso, a observação fica "borrada" pelo julgamento. Certamente, não é fácil observar primeiro para depois julgar, mas é preciso aprender esta conduta, se queremos usar o erro como fonte de virtude, ou seja, de crescimento.

O Que é o Erro?

A idéia de erro só emerge no contexto da existência de um padrão considerado correto. A solução insatisfatória de um problema só pode ser considerada errada, a partir do momento que se tem uma forma considerada correta de resolvê-lo; uma conduta é considerada errada, na medida em que se tem uma definição de como seria considerada correta, e assim por diante.

Sem padrão, não há erro. O que pode existir (e existe) é uma ação insatisfatória, no sentido de que ela não atinge um determinado objetivo que se está buscando. Ao investirmos esforços na busca de um objetivo qualquer, podemos ser bem ou malsucedidos. Aí não há erro, mas sucesso ou insucesso nos resultados de nossa ação.

Em metodologia da Ciência, sempre se diz que há um caminho aleatório pelo qual a humanidade tentou produzir a Ciência - o método da "tentativa do acerto e do erro". Ou seja, para produzir conhecimento, ia-se tentando; se desse certo, obtinha-se um conhecimento, caso contrário, não havia conhecimento e ia-se tentar novamente. Neste caso, não se trabalhava com uma hipótese plausível a ser testada; trabalhava-se aleatoriamente.

Esta caracterização de "acerto e erro" é ampla e, usualmente, pode ser útil para expressar o esforço de alguém que busca, "no escuro do conhecimento", um caminho para compreender ou para agir sobre o mundo. Porém, se atentarmos bem para o que acontece de fato nesse processo, não há nem acerto nem erro. Ocorre, sim, um sucesso ou um insucesso como resultado da atividade. Caso o resultado nos conduza à satisfação de uma necessidade - um produto, conhecimento novo -, tivemos sucesso no nosso esforço; caso não tenhamos obtido a satisfação de nossas necessidades, chegamos a um insucesso. Neste caso, não temos nem acerto nem erro, pois não existe um padrão que possa permitir o julgamento do "acerto" ou do "erro", não há aí um guia que nos permita ajuizar do acerto ou do erro.

Deste modo, só ao nível da linguagem comum e utilitária podemos definir esse método como "método do acerto e do erro'. De fato, na situação exposta no parágrafo anterior, não se configura "acerto' ou "erro". Existe, aí, um esforço de construção, que pode ser bem ou malsucedido. Quando se chega a uma solução bem-sucedida, pode-se dizer que se aprendeu positivamente uma solução; quando se chega a um resultado não-satisfatório, pode-se dizer- também positivamente - que ainda não se aprendeu o modo de satisfazer determinada necessidade.

Contudo, neste contexto, não existe erro. Para que exista erro, é necessário existir um padrão. No caso da moralidade, existem os preceitos estabelecidos dentro das diversas sociedades, a partir de suas determinações materiais e sociais. Por exemplo, o roubo só pode ser considerado erro numa sociedade que esteja fundada na posse privada dos bens. Se tal posse fosse comum a todos, não haveria como ocorrer roubo. Do ponto de vista do Direito Público, Civil, Penal etc., existem as leis, social e positivamente estabelecidas, que definem o que é correto. A partir daí, as condutas que não se conformarem à norma, serão consideradas erros sociais, a serem sancionados física, social ou materialmente, de acordo com o que determinar a lei. No caso de uma solução científica ou tecnológica já estabelecida, será considerado erro o encaminhamento que se fizer em desconformidade com o padrão já construído.

No caso da aprendizagem escolar, pode ocorrer o erro na manifestação da conduta aprendida, desde que já se tenha o padrão do conhecimento, das habilidades ou das soluções a serem aprendidas. Quando um aluno, em uma prova ou em uma prática, manifesta não ter adquirido determinado conhecimento ou habilidade, através de uma conduta que não condiz com o padrão existente, então podemos dizer que ele errou. Cometeu um erro em relação ao padrão.

O Uso do Erro Como Fonte de Virtude

Tanto o "sucesso/insucesso" como o "acerto/erro" podem ser utilizados como fonte de virtude em geral e como fonte de "virtude" na aprendizagem escolar.

No caso da solução bem ou malsucedida de uma busca, seja ela de investigação científica ou de solução prática de alguma necessidade, o "não-sucesso" é, em primeiro lugar, um indicador de que ainda não se chegou à solução necessária, e, em segundo lugar, a indicação de um modo de "como não se resolve" essa determinada necessidade. O fato de não se chegar à solução bem-sucedida indica, no caso, o trampolim para um novo salto.

Não há por que ser hetero ou autocastigado em função de uma solução que não se deu de forma "bem-sucedida:'. Há, sim, que se utilizar positivamente dela para avançar na busca da solução pretendida.

Diz-se que Thomas Edison fez mais de mil experimentos para chegar ao bem-sucedido na descoberta da lâmpada incandescente. Conta seu anedotário biográfico que, após muitos experimentos malsucedidos, um seu colaborador quis desistir do empreendimento e Edison teria comentado: "Por que desistir agora, se já sabemos muitos modos de como não fazer uma lâmpada? Estamos mais próximos de saber como fazer uma lâmpada". Os insucessos foram, assim, servindo de trampolim para o sucesso de sua busca.

O insucesso, neste contexto, não significa erro; ao contrário, serve de ponto de partida para o avanço na investigação ou na busca da satisfação de uma necessidade prático-utilitária.

Os erros da aprendizagem, que emergem a partir de um padrão de conduta cognitivo ou prático já estabelecido pela Ciência ou pela Tecnologia, servem positivamente de ponto de partida para o avanço, na medida em que são identificados e compreendidos, e sua compreensão é o passo fundamental para a sua superação. Há que se observar que o erro, como manifestação de uma conduta não-aprendida, decorre do fato de que há um padrão já produzido e ordenado que dá a direção do avanço da aprendizagem do aluno e, conseqüentemente, a compreensão do desvio, possibilitando a sua correção inteligente. Isto significa a aquisição consciente e elaborada de uma conduta ou de uma habilidade, bem como um passo à frente na aprendizagem e no desenvolvimento.

O erro, para ser utilizado como fonte de virtude ou de crescimento, necessita de efetiva verificação, para ver se estamos diante dele ou da valorização preconceituosa de um fato; e de esforço, visando compreender o erro quanto à sua constituição (como é esse erro?) e origem (corno emergiu esse erro?).

Reconhecendo a origem e a constituição de um erro, podemos superá-lo, com benefícios significativos para o crescimento. Por exemplo, quando atribuímos uma atividade a um aluno e observamos que este não conseguiu chegar ao resultado esperado, conversamos com ele, verificamos o erro e como ele o cometeu, reorientamos seu entendimento e sua prática. E, então, muitas vezes ouvimos o aluno dizer: "Poxa, foi agora que compreendi o que era para fazer!". Ou

seja, foi o erro, conscientemente elaborado, que possibilitou a oportunidade de revisão e avanço. Todavia, se nossa conduta fosse a de castigar, não teríamos a oportunidade de reorientar, e o aluno não teria a chance de crescer. Ao contrário, ele teria um prejuízo no seu crescimento, e nós perderíamos a oportunidade de sermos educadores.

O erro, especialmente no caso da aprendizagem, não deve ser fonte de castigo, pois é um suporte para a autocompreensão, seja pela busca individual (na medida em que me pergunto como e por que errei), seja pela busca participativa (na medida em que um outro - no caso da escola, o professor - discute com o aluno, apontando-lhe os desvios cometidos em relação ao padrão estabelecido). Assim sendo, o erro não é fonte para castigo, mas suporte para o crescimento.

Nesta reflexão, o erro é visto e compreendido de forma dinâmica, na medida em que contradiz o padrão, para, subseqüentemente, possibilitar uma conduta nova em conformidade com o padrão ou mais perfeita que este. O erro, aqui, é visto como algo dinâmico, como caminho para o avanço.

O Erro e a Avaliação da Aprendizagem Escolar

A questão do erro, da culpa e do castigo na prática escolar está bastante articulada com a questão da avaliação da aprendizagem.

A avaliação da aprendizagem, à medida que se foi desvinculando, ao longo do tempo, da efetiva realidade da aprendizagem para tornar-se um instrumento de ameaça e disciplinamento da personalidade do educando, passou a servir de suporte para a imputação de culpabilidade e para a decisão de castigo.

De fato, a avaliação da aprendizagem deveria servir de suporte para a qualificação daquilo que acontece com o educando, diante dos objetivos que se têm, de tal modo que se pudesse verificar como agir para ajudá-lo a alcançar o que procura. A avaliação não deveria ser fonte de decisão sobre o castigo, mas de decisão sobre os caminhos do crescimento sadio e feliz.

Para maior aprofundamento nas questões relativas à avaliação da aprendizagem, remetemos o leitor a outros textos de nossa autoria: "Avaliação educacional: otimização do autoritarismo", publicado em *Equívocos* Teóricos da Prática *Educacional, Rio* de Janeiro, Associação Brasileira de Tecnologia Educacional; "Avaliação educacional escolar: para além do autoritarismo', publicado na revista Tecnologia *Educacional, da* Associação Brasileira de Tecnologia Educacional, Rio de Janeiro, n. 61; "Avaliação do aluno: a favor ou contra a democratização do ensino?", texto elaborado para a V Conferência Brasileira de Educação -CBE, realizada em Brasília, no período de 2 a 5 de agosto de 1988 (a ser publicado).

Conclusão

Ressaltamos que, nesta reflexão, importa deixar claro que não estamos fazendo uma apologia do erro e do insucesso, como fontes necessárias do crescimento. Se assim estivéssemos pensando e propondo, estaríamos também assumindo uma posição sadomasoquista, ou seja, entendendo que o sofrimento seria um suporte necessário para o crescimento. Não se trata disso. Não defendemos esse ponto de vista, nem por imaginação. A vida é boa e bela para ser vivida por si e por suas qualidades.

O que desejamos ressaltar é o seguinte: por sobre o insucesso e o erro não se devem acrescer a culpa e o castigo. Ocorrendo o insucesso ou o erro, aprendamos a retirar deles os melhores e os mais significativos benefícios, mas não façamos deles uma trilha necessária de nossas vidas. Eles devem ser considerados percalços de travessia, com os quais podemos positivamente aprender e evoluir, mas nunca alvos a serem buscados.

Reiteramos que insucesso e erro, em si, não são necessários para o crescimento, porém, desde que ocorram, não devemos fazer deles fontes de culpa e de castigo, mas trampolins para o salto em direção a uma vida consciente, sadia e feliz.